



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Conformidade das Demonstrações Contábeis de Entidades do Terceiro Setor: um Estudo de Caso da Associação R3 Animal em Florianópolis/SC

Isaac Pacheco Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

isaacpachecosilva@hotmail.com

Maria Denize Henrique Casagrande

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

denize_casagrande@yahoo.com.br

Resumo

O Terceiro Setor passou a ser uma das principais ferramentas no suprimento das demandas da Sociedade Civil. Com características sem fins lucrativos, as entidades passam a ocupar cada vez mais espaço e a contabilidade, por sua vez, deve acompanhar o dia a dia destas empresas. Esta pesquisa é um estudo de caso da Associação R3 Animal que tem por objetivo verificar se a entidade segue as normas básicas dispostas na Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)) e no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil pela Lei nº 13.204/2015. Desta forma, foi analisado o nível de conformidade do estatuto social da entidade, suas demonstrações contábeis assim como os principais índices econômico-financeiro da entidade. O estudo também analisa a composição e evolução patrimonial e financeira da entidade. Os dados utilizados foram as demonstrações contábeis dos anos de 2014 a 2018. Os resultados sugerem que a entidade segue as normas básicas dispostas na legislação do terceiro setor tendo suas informações um nível de conformidade de 100% em relação ao estatuto social e de 67% em relação às demonstrações contábeis. O estudo também permite inferir que a Associação R3 Animal possui uma estrutura patrimonial sólida e superávits significativos, o que permitem investimentos e ampliação de sua estrutura. Este estudo busca contribuir com a literatura sobre o tema uma vez que busca averiguar a conformidade prática de divulgação de uma instituição do Terceiro Setor, o que permite que outras entidades do setor possam se espelhar e se prevenir quanto a erros de estrutura, forma e divulgação

Palavras-chave: Contabilidade Terceiro Setor; Disclosure das Demonstrações; Análise das Demonstrações Contábeis; ITG 2002.

Linha Temática: Contabilidade Financeira

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



1 INTRODUÇÃO

Com o aumento das demandas da sociedade civil, o Setor Público deixou de ser eficaz no atendimento das necessidades sociais, o que fez com que o Terceiro Setor assumisse papel importante no auxílio destas demandas.

O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade a práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (Fernandes, 1997). França *et al.* (2015) no Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor caracteriza o Terceiro Setor como sendo organizações que se dedicam à objetivos públicos e sociais que não integram a administração estatal, entretanto, possuem natureza “privada” sem fins lucrativos.

Slomski et al (2012, p.27) revelam que o termo Terceiro Setor vem sendo complementado por diversas outras expressões relacionadas ao citar o estudo de (Salamon, Anheier, 1992, Falconer, 1999):

O terceiro setor abrange um amplo leque de entidades, e esse termo vem sendo utilizado paralelamente a outras expressões relacionadas, como setor de caridade (charitable sector), setor independente (independent sector), setor voluntário, setor isento de impostos (tax exempt sector), economia social (economie sociale), Organizações Não Governamentais (ONGs), setor sem fins lucrativos (nonprofit sector), organizações filantrópicas, organizações da sociedade civil, entre outras, o que resulta numa multiplicidade de termos presentes na literatura nacional e internacional.

De acordo com Smith (1991), por volta dos anos 70 nos EUA, passou a ser utilizado o termo “Terceiro Setor” para caracterizar parte da sociedade que efetuava e gerava bens e serviços públicos sem fins lucrativos. Atualmente esta parcela da sociedade tem se consolidado cada vez mais no cenário de promover políticas públicas com fins sociais. Entretanto, estas entidades também possuem o dever de prestação de contas e devem seguir padrões e normas específicas para suas divulgações.

Segundo Slomski *et al.* (2012), no Brasil as entidades do terceiro setor possuem um padrão específico de registro contábil para que possam oferecer suas prestações de contas de maneira compatível com a sociedade civil e o Estado. No Brasil as normas contábeis que regulam as entidades do Terceiro Setor são a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 do Conselho Federal de Contabilidade e a Lei nº 13.204/2015.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 estabelece a forma de escrituração das demonstrações contábeis das entidades do Terceiro Setor assim como o método de reconhecimento de receitas, despesas e variações patrimoniais, e as normas de divulgação. No ano de 2015, o CFC realizou a primeira revisão desta normativa, entrando em vigor a ITG 2002 (R1). Outra norma reguladora das entidades do Terceiro Setor é a Lei nº 13.204/2015, também conhecida como o Marco Regulatório, que regula as parcerias entre a administração pública (Federal, Estadual e Municipal) e as organizações da sociedade civil.

As Associações são um dos tipos de entidades que compõem o Terceiro Setor. Segundo França *et al.* (2015, p. 21) uma associação “é a forma pela qual certo número de pessoas, ao se congregarem, coloca, em comum, serviços, atividades e conhecimentos em prol do mesmo ideal,

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO



objetivando a consecução de determinado fim, com ou sem capital e sem intuítos lucrativos.”

De acordo com pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no ano de 2010 existiam, no Brasil, 556,8 mil entidades sem fins lucrativos que compunham o Cadastro Central de Empresas espalhadas por todo o país. Com base neste dado, surge o questionamento de se estas entidades estão seguindo as normas contábeis que as regulam.

Desta forma, tem-se o seguinte problema de pesquisa: **“A entidade analisada segue as normas básicas dispostas na Resolução CFC nº 1.409/12 e no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil pela Lei nº 13.204/2015”?**

O objetivo deste artigo é analisar as demonstrações financeiras da entidade Associação R3 Animal, que tem por finalidade a atividade de medicina veterinária à animais em situação de abandono, para constatar a situação econômico-financeira e verificar quanto ao cumprimento das normas básicas dispostas na Resolução CFC nº 1.409/12 e no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil disposto pela Lei nº 13.204/2015.

Este estudo busca contribuir com a literatura sobre o tema uma vez que não existem muitos trabalhos acadêmicos que verifiquem a aplicação das exigências da ITG 2002 (R1). Deste modo, o estudo averigua o nível de *disclosure* das informações contábeis referentes ao terceiro setor com base em um estudo de caso, contribuindo para que outras empresas pertencentes ao setor possam se espelhar e se prevenir quanto a erros de estrutura, forma e divulgação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ITG 2002 (R1)

A Interpretação Técnica Geral 2002 (R1) se refere às entidades sem fins lucrativos. Ela estabelece os procedimentos de avaliação e reconhecimento das informações constantes nas demonstrações contábeis assim como os principais critérios a serem utilizados. A norma é aplicada a todas as pessoas jurídicas de direito privado que não possuam como finalidade o lucro.

Algumas demonstrações contábeis são obrigadas a serem publicadas pelas entidades sem fins lucrativos de acordo com a ITG 2002 (R1) (2015), estes são: Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Período (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Dentre as principais diferenças entre a padronização das demonstrações contábeis das entidades com fins lucrativos, destaca-se neste, a alteração do termo “Patrimônio Líquido” por “Patrimônio Social” e o termo “Lucro” deve ser alterado por “Superávit” ou “Déficit” do período em todas as demonstrações.

A ITG 2002 (R1) (2015, p. 4) prevê que as demonstrações contábeis devem ser complementadas mediante notas explicativas que, devem conter informações relacionadas ao contexto operacional, critérios de apuração de receitas e despesas, relação dos tributos objeto de renúncia fiscal, subvenções recebidas pela entidade, taxas de juros, seguros contratados, entre outros. Estas informações devem ajudar a compreender os números evidenciados nas demonstrações que com o passar do tempo tendem a se tornar cada vez mais sintéticos.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



2.2 Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor

O Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor foi elaborado pela Fundação Brasileira de Contabilidade com o intuito de copilar aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Nele, são desenvolvidas análises sobre as principais formas de entidades que compõem o terceiro setor como associações, fundações, organizações religiosas, entre outras.

De acordo com França *et. al* (2015, p. 37):

a administração da uma administração da associação se dá com a presença de pelo menos três órgãos: a Assembleia Geral (enquanto órgão de deliberação das decisões mais importantes para o destino institucional da entidade); a Diretoria Executiva (estatutária ou não estatutária, responsável pela gestão) e o Conselho Fiscal.

Desta forma, o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor estabelece quais órgãos devem se complementar para o funcionamento pleno da administração de uma associação. O Manual também estabelece o que compete a cada um destes órgãos e de qual maneira eles devem funcionar.

2.3 Estudos anteriores

Pesquisas relacionadas ao nível de *disclosure* das demonstrações contábeis de entidades do Terceiro Setor assim como a análise de sua conformidade com a legislação vigente têm se tornado uma das principais linhas de pesquisa na área de Terceiro Setor no Brasil.

Souza (2016) analisou o cumprimento das exigências da ITG 2002 nas demonstrações contábeis de entidades de interesse social de Natal/RN. A autora analisou 16 entidades entre os anos de 2012 e 2014 e concluiu que a conformidade dos itens avaliados foram acima da média, principalmente nas fundações, entretanto, observa-se a necessidade de melhorias na divulgação de quesitos como: registro da contrapartida de subvenção, contribuição e incentivos fiscais em conta específica do passivo; constituição de provisão para perdas esperadas sobre créditos a receber; aplicação da redução ao valor recuperável do ativo.

Silva, Soares e Casagrande (2016) buscaram analisar a conformidade das demonstrações contábeis da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). O estudo, com base na análise das demonstrações contábeis da entidade, constatou um nível geral de conformidade de 87% entre as demonstrações contábeis e as normas aplicadas ao Terceiro Setor. No estudo, os autores constataram a necessidade de aprimorar a evidenciação contábil com as normas específicas de fundações.

Murato, Rota e Romassini (2015) analisaram a aplicação da ITG 2002 nas demonstrações contábeis de entidades do Terceiro Setor do Município de Passo Fundo/RS. A pesquisa utilizou como base 21 demonstrações contábeis de entidades vinculadas e que participam das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social de Passo Fundo. O estudo concluiu que as entidades que possuem contabilidade interna estavam mais adequadas às normas da Interpretação Técnica Geral do que as que possuíam contabilidade externa.

Ramos, Parizotto, Silva, Ramos e Bampi (2018) no estudo intitulado “Relação entre indicadores de qualidade e econômicos: um estudo em uma rede de hospitais do terceiro setor do Sul do Brasil” buscou analisar se havia relação entre o desempenho financeiro das entidades e a qualidade dos serviços prestados. Os autores concluíram que quanto mais as entidades hospitalares

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO



prestarem um serviço de qualidade, maior será o seu retorno financeiro o que permitirão investimentos futuros em seus negócios.

Para uma boa gestão dos recursos de uma entidade do Terceiro Setor, faz-se necessária organização e governança frente as decisões para garantir bons desempenhos econômicos e financeiros. Ávila e Barteiro (2016) analisaram o nível de governança em uma fundação de apoio universitário. Os autores identificaram que a independência do gestor da organização deve ser utilizada na administração das entidades. O estudo também observou que as práticas de governança impactaram diretamente nos resultados econômicos e financeiros da entidade.

3 METODOLOGIA

Este estudo classifica-se como empírico e, pode ser considerado descritivo em relação a seus objetivos, pois busca analisar se a entidade Associação R3 Animal cumpre as normas básicas dispostas na legislação aplicada ao Terceiro Setor. Fez-se necessária a análise documental tendo em vista que as informações foram coletadas com base nas demonstrações financeiras da entidade disponíveis em seu *website*. Quanto à abordagem, este estudo se classifica como qualitativo por determinar se a entidade atende ou não o que está previsto na legislação e quantitativa ao analisar os principais índices econômicos e financeiros da entidade.

3.1 Apresentação da entidade

Para este estudo, foi selecionada para a realização de um estudo de caso a entidade Associação R3 Animal. De acordo com R3 Animal (2000):

A Associação R3 Animal consiste em uma organização não governamental fundada em 02 de abril de 2000 nos termos da legislação vigente. Consiste em pessoa jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, sem fins econômicos, de caráter educativo, científico e ambiental, com duração por tempo indeterminado. Possui sede e foro no Município de Florianópolis Estado de Santa Catarina, Rua dos Coroas, 469, Barra da Lagoa, Florianópolis/SC.

Conforme o *website* da entidade, a Associação trabalha com animais selvagens, sejam eles silvestres ou marinhos, para que possam ser resgatados, reabilitados e reintroduzidos ao seu habitat natural, tendo como objetivo a preservação do meio ambiente.

Em parceria com a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) e Polícia Militar Ambiental, a entidade auxilia no resgate de animais apreendidos e que, muitas vezes, são vítimas da ação humana. Após a reabilitação dos animais aos seus ecossistemas a entidade devolve estes ao seu habitat e, quando não é possível realizar a soltura, estes animais são encaminhados para criadores licenciados e zoológicos. A principal fonte financeira da entidade são as doações de pessoas físicas e jurídicas (convênios) da comunidade e também o trabalho voluntário.

A entidade possui, como uma das fontes de mão-de-obra, programa de estágio voluntário com parceria, mediante convênio, com universidades que possuam estudantes dos cursos de Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Oceanografia e áreas afins. Desta forma, estudantes podem ter vivência profissional complementar proporcionando vivência nos principais setores de manejo animal.

3.2 Coleta e Análise dos Dados

Foram coletadas as informações das demonstrações financeiras da entidade Associação R3 Animal que estavam disponíveis em seu sítio eletrônico. O período selecionado neste estudo foram os anos de 2014 a 2018, o que possibilitou uma análise da evolução da composição patrimonial e financeira da entidade. Todas as análises contidas neste estudo foram feitas com base nas seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Também foram utilizadas informações contidas em notas explicativas, local onde foram encontradas explicações sobre algumas informações que não estavam claras na análise dos demonstrativos.

3.3 Composição da Análise

Para a análise das demonstrações financeiras da entidade foram realizados os seguintes procedimentos de pesquisa: análise vertical e horizontal dos demonstrativos, análise dos índices de liquidez e análise dos índices de endividamento e composição do capital de giro. Não foram abordados neste estudo análises relacionadas à indicadores de rentabilidade tendo em vista que a Associação analisada é uma entidade do Terceiro Setor sem fins lucrativos.

3.3.1 Análise Vertical e Horizontal

De acordo com Iudícibus (2012), a análise de balanços deve ser abrangida dentro de suas possibilidades e limitações. Ela aponta mais problemas a serem investigados do que soluções, entretanto, se convenientemente utilizada, transforma-se em um poderoso “painel de controle” da administração. Desta forma, neste estudo foi realizado a Análise Vertical e Horizontal entre os anos de 2014 e 2018.

A Análise Vertical busca estruturar a composição das partes do demonstrativo e, assim, é realizada mediante a extração de percentuais entre itens pertencentes à demonstrações do mesmo período e sua evolução no tempo. Neste estudo, foi realizada a análise do Balanço Patrimonial tendo como base o total do ativo, passivo e o total do patrimônio líquido, enquanto na Demonstração de Resultado as análises foram baseadas no total da Receita Líquida.

Ao realizar a Análise Horizontal, é possível realizar um processo de análise temporal ao comparar valores de uma mesma conta ou grupo de contas ao longo de exercícios sociais distintos. Iudícibus (2012, p. 83) retreia que “a finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultados (bem como de outros demonstrativos) através dos períodos, a fim de caracterizar tendências”. No estudo, realizou-se as análises horizontais da entidade em todos os anos analisados em comparação ao ano anterior, constatando sua evolução a fim de identificar a existência ou não de tendências como crescimento em doações, aumento/redução de custos, endividamento, entre outros.

3.3.2 Índices de Liquidez e Endividamento

Os índices relacionam contas contábeis a fim de desvendar a situação econômica de uma entidade. De acordo com Matarazzo (2010, p. 82), “assim como um médico usa certos indicadores, como pressão arterial e temperatura, para elaborar o quadro clínico de um paciente, os índices



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



financeiros permitem construir um quadro de avaliação da empresa”. Assim, os índices fazem com que seja possível saber a situação de posição de liquidez da entidade ou analisar quais são suas principais fontes de recursos. Neste estudo, foram abordados os índices de liquidez imediata e o índice de liquidez corrente da entidade.

O índice de liquidez imediata permite, de acordo com Martins, Miranda e Diniz (2014), saber a parcela de dívidas de curto prazo que poderiam imediatamente serem pagas pela entidade com os seus valores de caixa e equivalente de caixa (disponível). Para isto, foi determinado o quociente entre o valor disponível em caixa e equivalente de caixa e o montante de seu passivo circulante permitindo saber qual o grau de liquidez imediata da entidade.

Outro índice abordado neste estudo foi o índice de liquidez corrente, que de acordo com Iudícibus (2012), permite saber qual o montante disponível que pode ser convertido em dinheiro em curto prazo para contrapor as dívidas de curto prazo da entidade. Desta forma, foi feito o quociente entre o montante que a entidade possuía registrado em seu ativo circulante em com o montante registrado em seu passivo circulante.

O Endividamento da entidade pode também ser medido por meio de índices. Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 139) retratam que o endividamento “indica a dependência que a entidade apresenta com relação a terceiros e, neste sentido, o risco a que está sujeita”. Neste estudo, foi realizado o índice de endividamento com relação a seu patrimônio social e seu ativo total. Desta forma, foi realizado o quociente entre o Passivo Total de entidade e seu ativo e patrimônio social.

3.3.3 Análise do Estatuto Social

A lei 13.204/2015 estabelece as regras entre as parcerias voluntárias entre as organizações da sociedade civil e a administração pública. Desta forma, a lei estabelece requisitos básicos para que se possa celebrar o Termo de Colaboração e Fomento. Nesta pesquisa, foi analisado o estatuto social da entidade e listados os principais pontos destacados pela lei para observar qual o nível de conformidade do Estatuto Social.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Análise da Conformidade do Estatuto Social e Demonstrações Contábeis

A primeira parte da análise deste tópico se deu por observar se o estatuto social continha os itens dispostos pela Lei nº 13.204/2015. Em uma segunda análise, buscou-se identificar se estes estavam de conformidade com o que a lei dispunha. O Quadro 1 demonstra o nível de conformidade do Estatuto social em que: 0 (Identificado com não conformidade) / 1 (Identificado com Conformidade) / NI (Não Identificado):

	0	1	NI
Dentre os objetivos da entidade deve constar um inciso que diga estar entre os mesmos a “promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social”.	-	1	-

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

7 a 9 de setembro



Previsão de um Conselho Fiscal, o qual, entre as suas atribuições seja “opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas”.	-	1	-
O Estatuto deverá prever que, em caso de DISSOLUÇÃO da entidade, o patrimônio líquido seja transferido a “outra pessoa jurídica de igual natureza e que preencha os requisitos da lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo”.	-	1	-
A “entidade observará os Princípios Fundamentais e das Normas Brasileiras de Contabilidade	-	1	-
Dar publicidade ao relatório de atividades e demonstrações financeiras, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão”.	-	1	-

Figura 1. Nível de Conformidade do Estatuto Social

Fonte: elaborado pelos autores com dados da pesquisa

De acordo com a Figura 1, o estatuto social da companhia Associação R3 Animal atendeu a todos os quesitos disposto na Lei nº 13.204/2015 analisados neste estudo.

Também foi analisado o nível de conformidade das Demonstrações Contábeis previstas na ITG 2002 (R1) com as normas da interpretação. Os principais pontos analisados por este estudo podem ser identificados na Figura 2, em que 0 (Identificado com não conformidade) / 1 (Identificado com Conformidade) / NI (Não Identificado).

	0	1	NI
As doações e as subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. – ITG 2002 (R1) – Item 9	-	1	-
As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade. – ITG 2002 (R1) – Item 12	-	1	-
A entidade sem finalidade de lucros deve constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados. – ITG 2002 (R1) – Item 14	-	-	NI
O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. – ITG 2002 (R1) – Item 15	-	1	-
O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro – ITG 2002 (R1) – Item 19	-	-	NI
Divulgação das Demonstrações Contábeis Obrigatórias de acordo com a ITG 2002 (R1) – Item 22.	-	1	-

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período. – ITG 2002 (R1) – Item 23	-	1	-
Na Demonstração do Resultado do Período, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade. – ITG 2002 (R1) – Item 24	-	1	-
Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as doações devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais. – ITG 2002 (R1) – Item 25	-	-	NI

Figura 2. Nível de Conformidade das Demonstrações Contábeis com a ITG 2002 (R1)

Fonte: elaborado pelos autores com dados da pesquisa

A análise da Figura 2 também ocorreu em duas etapas. A primeira etapa buscou identificar se havia ou não a informação nas demonstrações contábeis previstas pela ITG 2002 (R1). Em uma segunda etapa, foram analisadas se as informações estavam de acordo com as disposições exigidas pela interpretação e obteve-se uma conformidade de 67%. Este percentual fica abaixo dos achados de Silva, Soares e Casagrande (2016) que identificaram uma conformidade de 87% ao analisar os demonstrativos de uma Universidade. Entretanto, o percentual da Associação R3 Animal fica acima dos divulgados por Souza (2016) ao analisar associações sediadas em Natal/RN, os quais foram de 50% em alguns quesitos no ano de 2014.

Entre os pontos não identificados por este estudo, destacam-se que a associação não realiza provisões para devedores duvidosos em seus créditos a receber, o que corrobora com Souza (2016) que também observou a ausência desta informação em empresas do Terceiro Setor. Entretanto, isto pode ocorrer pelo fato de não haver devedores desta natureza. Os trabalhos voluntários da entidade, não estão registrados em contas específicas para mensuração, embora a empresa também possua funcionários registrados de acordo com a legislação brasileira do trabalho. Isto vai contra a recomendação da ITG 2002 (R1) que prevê que este trabalho seja reconhecido a valor justo como se houvesse o desembolso financeiro. Outro ponto a se destacar é que a associação utiliza a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto, o que não permite inferir se as doações são classificadas nos fluxos das atividades operacionais, uma vez que o demonstrativo é mensurado com a variação de contas patrimoniais.

Os demais pontos destacados pela ITG 2002 (R1) foram corretamente identificados nas demonstrações contábeis da entidade e todos estavam em conformidade com a legislação. Destaca-se que a entidade cumpriu todas as exigências de explicações em notas explicativas.

4.2 Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial

Os autores realizaram a análise vertical e horizontal do Balanço Patrimonial da Associação R3 Animal em cada um dos anos analisados. Os resultados de tais análises estão demonstrados na Tabela 1 a seguir:



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Tabela 1. Análise Vertical do Balanço Patrimonial da Associação R3 Animal nos anos de 2014 a 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL DE 31 DE DEZEMBRO – Expresso em R\$															
ATIVO	2018	AV %	AH %	2017	AV %	AH %	2016	AV %	AH %	2015	AV %	AH %	2014	AV %	AH %
CIRCULANTE	3.140.546,07	67,50	120,29	2.610.789,71	73,34	155,56	1.678.278,46	90,29	339,34	494.568,56	86,70	198,63	248.993,71	94,66	100
DISPONIBILIDADES	2.824.597,02	60,71	124,05	2.276.986,83	63,96	159,49	1.427.633,83	76,80	416,07	343.126,69	60,15	213,35	160.826,72	61,14	100
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.824.597,02	60,71	124,05	2.276.986,83	63,96	159,49	1.427.633,83	76,80	416,07	343.126,69	60,15	213,35	160.826,72	61,14	100
CRÉDITOS A RECEBER	314.445,43	6,76	94,67	332.150,11	9,33	132,52	250.644,63	13,48	165,51	151.441,87	26,55	171,77	88.166,99	33,52	100
Clientes a Receber	181.537,18	3,90	88,29	205.615,01	5,78	95,12	216.160,00	11,63	148,10	145.951,78	25,59	170,38	85.662,27	32,57	100
Outros Valores a Receber	132.908,25	2,86	105,04	126.535,10	3,55	366,93	34.484,63	1,86	628,13	5.490,09	0,96	219,19	2.504,72	0,95	100
Premios de Seguros	1.503,62	0,03	90,98	1.652,77	0,05			0,00			0,00			0,00	
NÃO CIRCULANTE	1.511.814,04	32,50	159,28	949.131,03	26,66	525,59	180.585,40	9,71	238,12	75.838,57	13,30	539,61	14.054,44	5,34	100
OUTROS CREDITOS	281.632,64	6,05	131,65	213.925,28	6,01	172,84	123.771,02	6,66	263,70	46.935,49	8,23				
Depósitos Judiciais	281.632,64	6,05	131,65	213.925,28	6,01	172,84	123.771,02	6,66	263,70	46.935,49	8,23				
IMOBILIZADO	1.154.340,67	24,81	174,84	660.237,31	18,55	1162	56.814,38	3,06	196,57	28.903,08	5,07	205,65	14.054,44	5,34	100
Bens Sem Restrição	1.154.340,67	24,81	156,78	736.276,47	20,68	1048	70.246,86	3,78	196,63	35.724,64	6,26	223,38	15.992,94	6,08	100
(-) Deprec. Acumulada	211.640,03	4,55	278,33	-76.039,16	-2,14	566,08	-13.432,48	-0,72	196,91	-6.821,56	-1,20	351,90	-1.938,50	-0,74	100
TOTAL DO ATIVO	4.652.360,11	100	130,69	3.559.920,74	100	191,51	1.858.863,86	100	325,88	570.407,13	100	216,85	263.048,15	100,00	100

PASSIVO	2018	AV %	AH %	2017	AV %	AH %	2016	AV %	AH %	2015	AV %	AH %	2014	AV %	AH %
CIRCULANTE	260.005,37	5,59	94,58	274.904,33	7,72	122,73	223.998,28	12,05	145,68	153.759,52	26,96	130,47	117.851,69	44,80	100
OBRIGAÇÕES	260.005,37	5,59	94,58	274.904,33	7,72	122,73	223.998,28	12,05	145,68	153.759,52	26,96	130,47	117.851,69	44,80	100
Fornecedores de Bens e Serviços	23.666,96	0,51	47,27	50.067,32	1,41	298,87	16.751,93	0,90	198,80	8.426,70	1,48	427,06	1.973,18	0,75	100
Obrigações Trabalhistas e Sociais	231.282,65	4,97	106,06	218.061,37	6,13	107,12	203.569,75	10,95	141,28	144.086,37	25,26	312,69	46.079,70	17,52	100
Obrigações Tributárias	1.628,51	0,04	96,65	1.685,04	0,05	109,76	1.535,27	0,08	724,66	211,86	0,04				
Provisões Trabalhistas													645,00	0,25	100
Empréstimos e Financiam. a Pagar	3.427,25	0,07	67,33	5.090,60	0,14	237,73	2.141,33	0,12	206,97	1.034,59	0,18	5,40	19.153,81	7,28	100
Adiantamento de Contrato													50.000,00	19,01	100
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							1.634.865,58	87,95	392,39	416.647,61	73,04	286,95	145.196,46	55,20	100
Patrimônio Social	3.285.016,41	70,61	200,94	1.634.786,04	45,92	392,37	416.647,61	22,41	300,32	138.736,31	24,32	95,55	145.196,46	55,20	100
Superávits Acumulados	1.107.338,33	23,80	67,10	1.650.230,37	46,36	135,46	1.218.217,97	65,54	438,35	277.911,30	48,72				
TOTAL PASSIVO + PL	4.652.360,11	100	130,69	3.559.920,74	100	191,51	1.858.863,86	100	325,88	570.407,13	100	216,85	263.048,15	100,00	100

Fonte: elaborado pelos autores com dados da pesquisa



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



No ano de 2014, o ativo da Associação R3 Animal era composto em sua maioria por Caixa e Equivalente de Caixa que representava 61,43% do ativo total. Em 2015, representou 60,15% e nos anos que seguem 76,8%, 63,96% e 60,71%. Outra conta relevante do Ativo Circulante da entidade foram os Créditos a Receber que em sua maioria representam valores a receber pelo Convênio firmado com a Fundação do Vale do Itajaí – UNIVALI – Convênio Petrobrás. Em 2014 representavam 33,68% do ativo total e no ano de 2015, 26,55%. Nos anos de 2016 a 2018 estes créditos foram inferiores a 15% do ativo total da associação.

O Ativo não circulante da companhia até o ano de 2014 era composto basicamente por seu Imobilizado que representou 5,34% do ativo total. Conforme o passar dos anos, a companhia investiu em seus Ativos Imobilizados, sendo que no ano de 2018 estes representavam 24,81% de seu ativo total. A partir de 2015 a conta Depósitos Judiciais passou a integrar o Ativo não circulante da entidade. Os depósitos, de acordo com as notas explicativas da entidade representam depósitos judiciais calculados na alíquota de 2,5% sobre as notas fiscais emitidas em cada exercício a título de ISS. No ano de 2014, representava um montante equivalente a 8,23% do ativo total em 2015 e 6,66% em 2016. Os valores de Juros e Correções Monetárias referentes ao depósito judicial também integram o montante desta conta.

Entre os anos de 2014 e 2015 o ativo circulante da entidade aumentou 98,63% e entre os anos de 2015 e 2016 obteve um aumento significativo de 239,34%. Isto se explica por um aumento significativo na conta Caixa e Equivalente de Caixa que acompanha o aumento 113,35% em 2015 e de 316,07% em 2016 em relação ao ano de 2015. Este aumento na Conta Caixa e Equivalente de Caixa ocorreu pelo aumento dos repasses de Convênios, que compõem a Receita Operacional da entidade.

Em relação ao Passivo e Patrimônio Social da entidade, este era composto em sua maioria no ano de 2014 por Obrigações Trabalhistas e Sociais que representaram 26,91% do total do passivo e patrimônio social. Com o passar dos anos, este montante foi perdendo a sua representatividade, sendo no ano de 2018 apenas 5,59%. O Patrimônio Líquido Social da Associação R3 Animal é composto por duas contas, o Patrimônio Social e Superávit Associado. Com base nas informações das notas explicativas, identificou-se a seguinte prática: a entidade registra o Superávit/Déficit do exercício corrente em conta específica no Patrimônio Líquido Social e o montante permanece no balanço até no exercício seguinte ter seu valor aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. Após aprovação, o montante é transferido para a conta “Patrimônio Social”. Percebe-se que devido aos grandes superávits apresentados pela companhia nos anos de 2016, 2017 e 2018, a conta Patrimônio Social no ano de 2018 representava 70,61% do Passivo e Patrimônio Social da associação.

A evolução das contas patrimoniais da entidade ocorreu da seguinte forma: os ativos da entidade aumentaram 116,85% em 2015 e 225,88% em 2016. Nos anos seguintes, a associação registrou aumentos em seus ativos, mas em menores proporções, sendo um aumento de 91,51% em 2017 e de 30,69% em 2018. O Passivo da entidade, composto apenas por passivos circulantes, aumentaram 30,47% em 2015, 45,68% em 2016 e 22,73% em 2017 e apresentou uma redução em seu passivo circulante de 5,42% no ano de 2018. O Patrimônio Líquido Social decorrente de superávits acumulados aumentou significativamente em 2016, tendo um aumento de 200,32% em relação ao ano anterior e seguiu aumentando 91,51% e 30,69% nos dois anos seguintes.

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO



respectivamente, o que permitirá que a entidade realize investimentos nos próximos anos. Deste modo, a Associação R3 Animal se firma com uma composição patrimonial sólida e com uma situação financeira muito favorável.

4.4 Análise Vertical e Horizontal da Demonstração do Resultado

Os autores também verificaram a composição dos resultados a Associação R3 Animal assim como a evolução destes resultados ao longo dos anos. Também foram verificados os principais componentes de receitas, custos e despesas da companhia. As receitas operacionais da Associação R3 Animal são compostas de Doações e Convênios, sendo os principais com MPSC, Trilha do Rio Vermelho e com Fundação do Vale do Itajaí (UNIVALI), assim como pequenas doações de associados. As receitas operacionais aumentaram significativamente do ano de 2014 para 2015, tendo um aumento de 191,72% e de 86,93% em 2016. Nos anos de 2017 e 2018 as receitas continuaram aumentando, entretanto, em proporções menos significativas, sendo de 7,40% em 2017 e 5,42% em 2018.

Os custos incorridos da Associação R3 Animal são decorrentes da aplicação dos convênios anteriormente mencionados. O peso do custo da associação varia muito de um ano para outro. No ano de 2017, estes custos consumiam 58,46% da receita, enquanto no ano de 2015 chegaram a consumir 82,37% da receita operacional daquele ano. Ao longo dos anos, percebeu-se um aumento muito significativo do ano de 2015 em relação ao ano anterior, tendo um aumento 220,52%, o que é explicado pelo aumento expressivo também nas receitas operacionais como mencionado anteriormente. Nos últimos dois anos analisados, 2017 e 2018, a companhia apresentou um aumento em seus custos de 6,26% e 13,08% respectivamente.

A Associação R3 Animal incorre em despesas operacionais, sendo estas gerais, administrativas e tributárias. Não houve detalhamento destas despesas em nenhum demonstrativo contábil, sendo as notas explicativas apenas um espelho do que já havia sido evidenciado na demonstração de resultado. As despesas da associação sempre consumiram muito pouco da receita, sendo o mínimo no ano de 2016 em que consumiu 0,4% das receitas operacionais e o máximo em 2018 em que consumiu 4,8% de tais receitas. Ao longo dos anos, percebe-se um aumento significativo em 2017, em que as despesas aumentaram 509,53% e em 2018 cujo aumento foi de 121,17%.

A análise vertical e horizontal da Demonstração do Resultado da Associação R3 Animal feita pelos autores pode ser evidenciada na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2. Análise Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício da Associação R3 Animal nos anos de 2014 a 2018.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO															
Expresso em R\$															
E V E N T O S	2018	AV %	AH %	2017	AV %	AH %	2016	AV %	AH %	2015	AV %	AH %	2014	AV %	AH %
RECEITA BRUTA	3.226.971,29	100	105,42	3.061.058,78	100	107,40	2.850.081,75	100	186,93	1.524.665,99	100	291,72	522.650,57	100	100
Doações Recebidas	4.916,00	0,15	76,55	6.422,00	0,21	94,99	6.760,40	0,24	31,78	21.270,04	1,40	329,29	6.459,36	1,24	100
Convênios	3.222.054,79	99,85	105,48	3.054.636,78	99,79	107,43	2.843.321,35	99,76	189,13	1.503.395,95	98,60	291,25	516.191,21	98,76	100
OUTRAS RECEITAS				347.486,64	11,35			0,00							
Doações Patrimoniais				347.486,64	11,35			0,00							
CUSTOS COM CONVÊNIOS	2.023.641,88	62,71	113,08	1.789.618,37	58,46	106,26	1.684.155,42	59,09	134,10	1.255.915,41	82,37	320,52	391.842,94	74,97	100
Custos Aplicados	2.023.641,88	62,71	113,08	1.789.618,37	58,46	106,26	1.684.155,42	59,09	134,10	1.255.915,41	82,37	320,52	391.842,94	74,97	100
RECEITA LÍQUIDA	1.203.329,41	37,29	74,33	1.618.927,05	52,89	138,85	1.165.926,33	40,91	433,83	268.750,58	17,63	205,45	130.807,63	25,03	100
DESPESAS OPERACIONAIS	155.009,23	4,80	221,17	70.086,43	2,29	609,53	11.498,49	0,40	129,73	8.863,49	0,58	125,01	7.090,27	1,36	100
Despesas Gerais e Administrativas	152.072,58	4,71	232,46	65.419,98	2,14	986,82	6.629,40	0,23	143,94	4.605,66	0,30	68,48	6.726,04	1,29	100
Tributárias	2.936,65	0,09	629,57	466,45	0,02	9,58	4.869,09	0,17	114,36	4.257,83	0,28	1.168,99	364,23	0,07	100
RESULTADO FINANCEIRO	59.018,15	1,83	58,21	101.389,75	3,31	158,94	63.790,13	2,24	355,10	17.963,74	1,18	9.681,87	185,54	0,04	100
Receitas Financeiras	70.131,77	2,17	65,62	106.873,01	3,49	142,25	75.131,66	2,64	363,16	20.688,40	1,36	1.592,65	1.298,99	0,25	100
(-) Despesas Financeiras	11.113,62	0,34	202,68	5.483,26	0,18	48,35	11.341,53	0,40	416,25	2.724,66	0,18	244,70	1.113,45	0,21	100
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	1.107.338,33	34,32	67,10	1.650.230,37	53,91	135,46	1.218.217,97	42,74	438,44	277.850,83	18,22	224,25	123.902,90	23,71	100

Fonte: elaborado pelos autores com dados da pesquisa.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



4.5 Análise dos Índices

Os principais Índices da entidade estão representados na Tabela 3:

Tabela 3 – Índices de Liquidez e Endividamento da Associação R3 Animal

ÍNDICE	2014	2015	2016	2017	2018
Liquidez Corrente	2,02	3,22	7,49	9,49	12,07
Liquidez Imediata	1,31	2,23	6,37	8,28	10,86
Endividamento Patrimônio Social	0,81	0,37	0,14	0,17	0,08
Endividamento Ativo Total	0,47	0,27	0,12	0,08	0,06

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O Índice de Liquidez Corrente no ano de 2014 foi de 2,02, o que representa que a entidade possuía R\$ 2,02 em ativos circulantes para cada R\$1,00 de dívidas contraídas em curto prazo. Este índice foi aumento, o que demonstra a capacidade da entidade de cumprir com suas obrigações. No ano de 2018, este valor deste indicador foi 12,07 o que demonstra que a entidade possuía R\$12,07 em ativos circulantes para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo. Percebe-se que o passivo circulante da entidade manteve-se estável, entretanto, o ativo da empresa teve um aumento muito significativo, o que mostra os aumentos neste indicador. Os números não mostram risco de inadimplência.

O Índice de Liquidez Imediata no ano de 2014 foi de 1,31, isto representa que a entidade possuía R\$1,31 de recursos de caixa e equivalente de caixa disponíveis para quitar cada R\$1,00 de suas dívidas de curto prazo. Assim como na Liquidez corrente, o valor teve um grande aumento com o passar dos anos, subindo para R\$ 10,86 no ano de 2018.

O Endividamento da Associação R3 Animal foi medido de duas formas. Em relação ao seu Patrimônio Social é possível analisar quanto a empresa tem de dívidas com terceiros para cada real de capital próprio. Desta forma, no ano de 2014 a empresa tinha um endividamento de 0,81, diminuindo para 0,37 em 2015. Percebe-se uma diminuição muito significativa no endividamento no ano de 2018, sendo de apenas 0,08. Esta diminuição decorre do aumento no patrimônio social da entidade que vêm acumulando sucessíveis superávits. O endividamento está diminuindo e a entidade ainda não possui dívidas acima de seu capital próprio (Patrimônio Social).

Também se realizou a medida do endividamento da entidade em relação ao seu ativo total. Desta forma, foi possível inferir o percentual dos ativos da empresa que são financiados por dívidas. No ano de 2014 o índice foi de 0,47 o que representa que para cada R\$1,00 de ativos totais a empresa apresenta R\$0,47 em dívidas. Assim como nos demais indicadores, a situação da associação fica mais favorável com o passar dos anos, sendo no ano de 2018 apenas 0,06.

4.6 Principais desvios cometidos pela entidade

O Balanço Patrimonial divulgado e auditado da entidade Associação R3 Animal apresenta no ano de 2014 um montante em seu ativo de R\$263.048,15 assim como o total de seu passivo e patrimônio social. Entretanto, no Balanço Patrimonial divulgado e auditado da Associação R3 Animal do ano de 2015 os valores referentes à coluna 2014 apresenta um montante em seu ativo

de R\$261.809,55 assim como o total de seu passivo e patrimônio social. Não foram encontradas informações em notas explicativas referentes às divergências dos valores publicados em ambos os anos.

Nas notas explicativas obteve-se a informação de que a empresa possui uma Provisão para Contingências referente a ação protocolada na 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Capital referente aos valores de ISS. A entidade tenta enquadrar a empresa R3 Animal no conceito de educação e assistência social, o que lhe concede o direito de fazer jus à imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea “c” da Constituição Federal para o não recolhimento do ISS. Entretanto, no ano de 2015, o valor registrado do depósito judicial em nota explicativa (nota 17) totaliza o montante de R\$44.430,77 enquanto o valor registrado em seu Balanço Patrimonial totaliza um montante de R\$46.935,49. Os autores não conseguiram identificar o motivo da divergência. No ano de 2016, os valores divulgados na nota explicativa de Provisão para Contingências coincidem com o valor divulgado no Balanço Patrimonial. No ano de 2014 a ação ainda não havia sido protocolada.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve por objetivo analisar o grau de conformidade das demonstrações contábeis da Associação R3 Animal com as normas e legislações aplicadas ao Terceiro Setor além de analisar as demonstrações contábeis para se obter a situação econômico-financeira da entidade.

A entidade, de maneira geral segue as normas básicas dispostas pela Resolução CFC nº 1.409/12 assim como a Lei nº 13.204/2015. O Resultado da pesquisa evidencia uma conformidade de 100% entre o estatuto social da entidade e o disposto pela Lei nº 13.204/2015. Em relação às demonstrações contábeis, observou-se um nível de adequação de 67% entre as informações divulgadas e o que estabelece a ITG 2002 (R1) tendo em vista as disposições necessárias de divulgação previstas na norma. O percentual identificado pela Associação R3 Animal pode considerado um bom índice de conformidade, pelo fato de não haver muitas pesquisas científicas que tenham feito análises semelhantes no que diz respeito a conformidade das empresas em relação a ITG 2000 (R1). Dentre algumas pesquisas existentes, verifica-se um índice inferior ao achado por Silva, Soares e Casagrande (2016) e superior aos evidenciados por Souza (2016) em seus estudos de casos e amostras. Entretanto, ressalta-se a importância de evidenciar os itens exigidos pela norma que ficaram ausentes das demonstrações contábeis.

Com a análise das demonstrações, é possível perceber que os superávits da entidade estão em crescente aumento nos últimos anos. Em relação às suas receitas brutas, os repasses de convênios também aumentaram significativamente nos três anos analisados. Devido ao fato de os superávits serem convertidos em Patrimônio Social nos exercícios posteriores às suas realizações, o Patrimônio Social Líquido da entidade também evoluiu nos anos analisados, passando de um montante de R\$138.736,31 para R\$1.634.865,58.

Em relação ao endividamento, a entidade não se encontra endividada, apresentando índices menores que 1 em todos os anos. Os índices estão diminuindo com o passar dos anos o que permite concluir que as chances da entidade se endividar são cada vez menores.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Os resultados deste estudo também permitem inferir que a Associação está com uma posição patrimonial sólida e que permitirá com que ela possa realizar investimentos e até mesmo ampliar sua estrutura de atendimento nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

- Ávila, L. A. C., Bertero, C. O. (2016). Governança no terceiro setor: um estudo de caso em uma fundação de apoio universitário. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. 18(59), pp. 125-144, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v18i59.2107>
- Associação R3 Animal (2000). Estatuto Social.
- França, J. A., Andrade, A. P., Grazioli, A., Campelo, A. C., Paes, I. E. S, Mol, L.F., ..., Silva, S. V (2015). Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Brasília, DF, Brasil. Recuperado de: http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/manuais/Manual_de_Procedimentos_para_o_Terc_eiro_Setor.pdf
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2010. *Estudos e Pesquisas Informação Econômica* 20. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- ITG 2002 (R1) (2015). Altera a ITG 2002 que trata de entidades sem finalidade de lucros. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002(R1))
- Iudícibus, S. (2012). *Análise de Balanços* (10a ed.). São Paulo: Atlas.
- Lei nº 13.204 (2014). Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento. Brasília, DF, Brasil. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm
- Martins, E., Mirand, G. J., Diniz, J. A. (2014). *Análise didática das demonstrações contábeis*. São Paulo: Atlas.
- Muraro, M., Rota, D., Romanssini, R. (2015). Análise da aplicação da ITG 2002 – entidade sem fins lucrativos nas demonstrações contábeis de entidades do terceiro setor de Passo Fundo – RS. In: *Convenção de Contabilidade*, 15, pp. 01-16, Bento Gonçalves, RS, Brasil. Recuperado de: http://www.crcrs.org.br/convencao/arquivos/trabalhos/cientificos/analise_aplicacao_itg_2002_entidades_sem_fins_lucrativos790.pdf
- Ramos, F. M., Parizotto, E. L., Silva, A. S., Ramos, J. M., Bampi, G. B. (2018). Relação entre indicadores de qualidade e econômicos: um estudo em uma rede de hospitais do terceiro setor

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress


7 a 9 de setembro



do Sul do Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*. 26(4), pp. 453-461, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recuperado de:

<https://doi.org/10.1590/1414-462x201800040196>

Slomski, V., Olak, P. A., Alves, C. V. O. (2008). As Publicações Acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do terceiro setor. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*. 2(1), pp. 24-46. Recuperado de: <https://doi.org/10.17524/repec.v2i1.20>

Smith, D. H. (1991). Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. 20(2), pp.137-50. Recuperado de:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/089976409102000203>

<https://doi.org/10.1177/089976409102000203>

Souza, G. P. D. (2016). *EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL: Uma análise do cumprimento da ITG 2002 nas demonstrações contábeis das entidades de interesse social de Natal/RN*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.



7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO

